

Para divulgação imediata  
15 de Novembro de 2006

## **O GOVERNO DE MCGUINTY VAI REFORÇAR A LEGISLAÇÃO SOBRE DIREITOS HUMANOS** *Alterações que irão definir de forma mais precisa a proposta do novo sistema*

TORONTO — O governo de McGuinty irá propor alterações que visam reforçar e esclarecer o projecto de lei 107, Lei de 2006 que Altera o Código dos Direitos Humanos, anunciou hoje o procurador-geral Michael Bryant.

“Pretendemos garantir que o Ontário continue a dar o exemplo em matéria de promoção dos direitos humanos, de luta contra a discriminação e de protecção dos indivíduos vulneráveis”, afirmou o sr. Bryant. “A nossa proposta de alteração ao projecto de lei 107 vai ao encontro do que nos afirmaram durante as consultas em curso, as audiências do comité legislativo e os encontros com a sra. Barbara Hall, comissária-chefe da Comissão de Direitos Humanos do Ontário. Com esta proposta de lei, o novo sistema de direitos humanos ficará mais sólido, rápido e eficaz.”

As principais alterações à proposta do governo para o projecto de lei 107, Lei que Altera o Código dos Direitos Humanos são as seguintes:

- Prever explicitamente uma gama de serviços de apoio jurídico para quem procura uma resolução junto do Tribunal de Direitos Humanos do Ontário, incluindo a criação de um novo Centro de Apoio Jurídico aos Queixosos em Matéria de Direitos Humanos, que será financiado com fundos públicos
- Reforçar o poder da Comissão para investigar questões sobre direitos humanos, assim como o seu direito de intervir em todos os assuntos apresentados perante o Tribunal
- Acentuar a independência da Comissão autorizando-a a agir segundo o seu próprio critério e no interesse público, designadamente dando conta das suas actividades directamente à população do Ontário
- Esclarecer os poderes do Tribunal no sentido de garantir a equidade processual e fomentar a transparência na tomada de decisões
- Estabelecer critérios baseados em mérito relativamente às nomeações para a Comissão e Tribunal
- Eliminar o poder do Tribunal para fixar e cobrar honorários
- Prolongar o período-limite de seis meses até um ano para apresentação de reclamações
- Adaptar as disposições transitórias possibilitando que as reclamações existentes sejam tratadas de acordo com o sistema actual.

“Estou convencida que as alterações em questão resultarão num sistema mais sólido, apto a proteger e a promover os direitos humanos no Ontário”, sublinhou a sra. Hall. “O projecto de lei oferece à Comissão uma ocasião única para se adoptar uma abordagem estratégica mais pró-activa

em relação às grandes questões gerais. Mantenho o meu compromisso em colaborar estreitamente com o procurador-geral, o presidente do Tribunal e outras partes interessadas no que respeita às alterações ao projecto de lei e em garantir uma transição homogénea para o novo sistema”.

“A referida proposta de alterações garantirá que os processos do Tribunal sejam justos e oportunos”, afirmou Michael Gottheil, presidente do Tribunal. “Se o projecto de lei for aprovado, tenciono efectuar consultas públicas sobre as normas e procedimentos do Tribunal”.

“Aplaudimos o governo por ter agido concretamente, em lugar de introduzir mais relatórios no processo de reforma dos direitos humanos”, afirmou a sra. Michelle Schryer, directora executiva do Centro de Urgência para Vítimas de Violência Sexual da Região de Chatham-Kent. “Graças às alterações propostas, as mulheres poderão obter uma audiência em tempo oportuno e ver que os seus direitos são respeitados”.

“Perante tais alterações, a província atingirá um grande passo no sentido de criar um sistema de direitos humanos que seja eficiente, eficaz e acessível no Ontário”, afirmou Reva Devins, ex-comissário para os direitos humanos. “O governo merece ser elogiado por ter tomado medidas tão importantes”.

“A reforma do nosso sistema de direitos humanos foi lenta e o tempo de se realizarem mais estudos já acabou”, sublinhou Raj Anand, ex-comissário principal. “Com a proposta das alterações, o procurador-geral concluiu anos de estudos, relatórios e recomendações. Aplauda a coragem do governo de McGuinty por se ter dedicado a proteger os direitos humanos de forma real e eficaz”.

O governo de McGuinty apoia a camada mais vulnerável do Ontário. Daí, a sua proposta de modernização e reforço do sistema de direitos humanos no Ontário, visando evitar a discriminação e resolver reclamações de uma forma mais justa e eficiente. Outras iniciativas:

- Aprovar a Lei de 2005 sobre a Acessibilidade para os Indivíduos Deficientes do Ontário
- Criar um Grupo de Trabalho Comunitário para Lutar contra os Crimes Motivados por Ódio, a fim de elaborar recomendações que visem melhorar os serviços destinados a vítimas de tais crimes e reduzir a vitimização
- Apresentar um projecto de lei que, caso seja aprovado, irá estabelecer um novo sistema de análise da polícia e criar um órgão civil independente encarregado de administrar o sistema de reclamações contra a polícia.

- 30 -

Contactos:  
Greg Crone  
Ministério do Procurador-Geral  
Gabinete ministerial  
(416) 326-1785

Brendan Crawley  
Direcção de Comunicações  
(416) 326-2210

Informação geral por telefone: 416-326-2220 ou 1-800-518-7901

Os invisuais poderão ligar os números acima indicados para ouvirem o texto deste documento.

Teleimpressora (TTY): 416-326-4012

Este documento encontra-se traduzido em 14 idiomas e as respectivas traduções poderão, em breve, ser obtidas no sítio [www.attorneygeneral.jus.gov.on.ca](http://www.attorneygeneral.jus.gov.on.ca).